

As Considerações Civis, O Terreno Humano e O Conflito do Séc XXI

Alvaro de Souza Pinheiro(*)

“Entender os efeitos das operações visualizados através das lentes da cultura e do psiquê local é a mais relevante consideração para o planejamento de qualquer operação.”

LTG Peter Chiarelli, US Army, Cmt do Corpo de Exército Multinacional-Iraque (2006-2007).

Introdução

A mais moderna concepção de preparo de uma força armada preconiza que, para fazer face aos conflitos do Sec XXI, esta deve estar em condições de gerenciar, simultaneamente, tanto situações típicas de Guerra Irregular, particularmente relacionadas às Operações de Estabilidade, Contrainsurreição e Contraterrorismo, quanto situações que demandem o planejamento e a execução de Operações Ofensivas e Defensivas, típicas do Combate Convencional. Esta concepção é internacionalmente identificada, na atualidade, como “Operações de Amplo Espectro”.

Num ambiente operacional caracterizado pela presença de forças irregulares, hostis e aliadas, dispersas em meio às comunidades da população local, esta passa a ter uma relevância ímpar para a consecução bem sucedida dos objetivos estratégicos, operacionais e táticos dos comandos de diferentes níveis em presença.

Na verdade, esse fato não se constitui numa novidade. Os Conflitos Irregulares Assimétricos da época da Guerra Fria já possibilitavam essa constatação. Entretanto, no contexto da atual “Guerra Global contra o Terror”, em plena era da Tecnologia da Informação, esta importância chegou a tal ponto, que em junho de 2007, o Exército dos EUA, por meio do seu mais relevante Manual de Campanha, o FM 3-0, OPERATIONS, acrescentou aos fatores tradicionais da decisão - Missão, Inimigo, Terreno, Meios e Tempo - as “Considerações Civis” (Civil Considerations).

As atuais campanhas do Afeganistão e do Iraque deixam evidente, de forma incontestável, que a natureza das ações desenvolvidas em presença de forças irregulares ocultas em meio à população local, exige comandantes, em todos os escalões, capacitados a avaliar o impacto dos fatores não-militares nas operações. Cada vez mais, torna-se impositivo o domínio de conhecimentos específicos sobre as culturas, percepções, valores, crenças e interesses, bem como os seus reflexos nos processos de tomada de decisões de indivíduos e grupos. Todo esse acervo deve ser avaliado em conformidade com a estrutura social, língua, cultura, poder e exercício da autoridade, e os interesses vitais da sociedade em questão.

É o “Terreno Humano” (Human Terrain) ganhando uma relevância que, não raro, sobrepuja a do terreno fisiográfico, confirmando, de forma inequívoca, que a dimensão psicossocial é a essência dos conflitos do Sec XXI.

As Considerações Civis

A experiência tem demonstrado que o entendimento da cultura local, e o conhecimento dos aspectos políticos, econômicos, psicossociais e religiosos é crucial para o planejamento e a execução das operações. O conhecimento sobre os grupos sociais em presença e seus interesses, crenças, líderes e fatores motivadores de comportamentos grupais e individuais tornou-se absolutamente imprescindível nos conflitos armados atuais. E é fundamental estar consciente que a capacitação para conduzir a pesquisa e a análise para a obtenção de informações confiáveis, válidas e objetivas sobre esses controvertidos temas é altamente especializada no ramo das ciências sociais.

Para implementar o Trabalho de Comando nesse contexto de imensa complexidade, introduziu-se nos Fatores da Decisão, em todos os escalões, as “Considerações Civis”. Visando especificamente à consecução dos planejamentos nos diferentes níveis da ação de comando, este novo fator está metodologicamente organizado em seis vertentes específicas: Área (Area); Estrutura (Structure); Capacitações (Capabilities); Organizações (Organizations); População (People); e Eventos (Events) - (AECOPE – ASCOPE).

1. Área (estudo que aborda as localidades e acidentes capitais do terreno dentro da Área de Operações do escalão considerado que possuam significativa influência sobre a população local).

a. Áreas politicamente delimitadas (Províncias, Distritos, Municipalidades, etc): 1) Dotação de cartas, fotos aéreas e outras imagens de alta resolução que facilitem o levantamento dos diversificados aspectos em estudo; 2) Limites físicos das Províncias, Distritos, Municipalidades, etc.

b. Áreas de alto valor econômico: 1) Complexos comerciais (supermercados e shoppings); 2) Zonas residenciais de alto valor; 3) Parques industriais e de alto valor científico-tecnológico; 4) Zonas ricas em recursos naturais (água, minerais, florestas, oásis, corredores fluviais); 5) Parques naturais e áreas de proteção ambiental; 6) Áreas de plantação agrícola e de pescadao.

c. Centros Políticos de Governo: 1) Sedes dos governos provincial, distrital e municipal e suas vizinhanças; 2) Sedes dos departamentos/ministérios de mais alto nível.

d. Áreas culturalmente importantes: 1) Sítios históricos e arqueológicos; 2) Locais considerados religiosamente sagrados.

e. Enclaves étnicos, tribais, políticos, religiosos, criminosos ou outros.

f. Rotas comerciais e de contrabando.

g. Sítios possíveis de utilização como áreas temporárias para refugiados e deslocados.

2. Estrutura

a. Postos de Comando das Forças de Segurança.

b. Segurança Pública (Imposição da Lei): 1) Delegacias Policiais; 2) Tribunais de Justiça; 3) Penitenciárias; 4) Pontos de Bloqueio e Controle de Estradas.

c. Mídia e Comunicação em Massa: 1) Torres de Transmissão Rádio/TV; 2) Estações de Rádio/TV; 3) Sedes de Jornais e Revistas; 4) Oficinas de Impressão.

d. Estradas e Pontes.

e. Portos e Aeroportos de Entrada.

f. Represas.

g. Estações e Subestações de Energia Elétrica.

h. Refinarias e outras Instalações da Produção de Combustível.

i. Reservatórios e Usinas de Água Potável.

j. Sistema de Esgotos (subterrâneos).

k. Hospitais e Clínicas.

l. Escolas e Universidades.

m. Igrejas e Locais de Culto Religioso.

n. Bancos e Instituições Financeiras.

o. Mercados Populares e Centros Comerciais.

3. Capacitações (asseguram, sustentam e implementam a qualidade de vida).

a. Administração Pública: 1) Burocracia; 2) Cortes de Justiça; 3) Outras Instalações Governamentais.

b. Segurança Pública: 1) Polícia Militar; 2) Fronteiras; 3) Polícia Civil; 4) Organismos de Inteligência.

c. Serviços Emergenciais: 1) Corpo de Bombeiros; 2) Serviços de Ambulâncias.

d. Saúde Pública: 1) Clínicas; 2) Hospitais; 2) Serviços Veterinários.

e. Alimentação e Abastecimento.

f. Água (Tratamento e Abastecimento).

g. Sistemas Sanitários (Recolhimento do Lixo e Esgotos).

4. Organizações (Influência na população).

- a. Religiosas.
- b. Partidos políticos.
- c. Patrióticas.
- d. Sindicatos de Classe.
- e. Criminosas.
- f. Comunitárias.
- g. Multinacionais.
- h. Governamentais Internacionais.
- i. Não-Governamentais.

5. População

- a. Sociedade.
- b. Estruturas sociais: 1) Grupos; 2) Redes; 3) Instituições; 4) Influência exercida; 5) Normas sociais; 6) Cultura; 7) Identidade; 8) Formas culturais: a) Narrativa; b) Símbolos; c) Rituais; 9) Crenças: a) Crenças predominantes; b) Crenças intermediárias; c) Crenças periféricas; 10) Valores; 11) Atitudes: a) Grupos Sociais; b) Ideologias; c) Governo; d) Forças Militares; 12) Percepções de Poder: a) Que tipo de poder os grupos têm? b) Para que usam o poder? c) Como o poder é obtido e mantido? d) Quais líderes detém o poder nos diversos grupos? e) Que tipo de poder têm os líderes? f) Como o poder dos líderes é obtido e mantido? 13) Interesses.
- c. Segurança Física: 1) A população civil não combatente está segura? 2) A polícia é eficiente e o sistema judicial funciona? 3) A polícia é íntegra e não discriminatória? 4) Se a polícia não proporciona segurança à população, quem está capacitado para tal tarefa?
- d. Recursos Econômicos.
- e. Participação Política: 1) Os membros da população civil exercem participação política? 2) Existe discriminação étnica, religiosa ou qualquer outra? 3) A violação dos direitos humanos é uma prática governamental? 4) Existe alguma força de ocupação no país? 5) A população tem acesso aos serviços públicos essenciais (educação, saúde, segurança, energia, etc)? 6) Existem aspectos políticos, sociais ou outros que contribuam para um ambiente revolucionário?
- f. Descontentamentos: 1) Quais os descontentamentos básicos dos revolucionários? 2) Quais os descontentamentos básicos da população? 3) Uma pessoa equilibrada consideraria esses descontentamentos como justificados? Ter em mente que a validade de um descontentamento não implica necessariamente numa condição objetiva. 4) Os descontentamentos da população e dos revolucionários são os mesmos? 5) Quais os descontentamentos que o governo acredita serem da população? O governo os considera válidos? 6) Os descontentamentos da população são os mesmos considerados pelo governo? 7) Está o governo engajado na solução dos problemas causadores dos descontentamentos da população? 8) Os problemas originários dos descontentamentos da população são passíveis de solução pelo governo ou estão além da sua capacidade administrativa (por exemplo: grandes massas de deslocados causadas por questões sociais e/ou econômicas decorrentes da globalização)? 9) Um governo estrangeiro que disponibilize uma força militar para operar, de forma consentida, no país em questão, poderá ter condições de engajar-se na solução dos problemas, de modo a obter o apoio da população?
- g. Considerações Civas Complementares: 1) Línguas e dialetos falados pela população; 2) Comunicação não verbal (gestos e sinais); 3) Níveis de educação, incluindo as taxas de alfabetização e disponibilidade de educação; 4) Meios de comunicação e sua importância para a população; 5) Importância da comunicação interpessoal, face a face, por telefone e e-mail; 6) Importância da mídia de massa, tais como publicações impressas, rádio, televisão ou internet; 7) História política nacional; 8) Eventos que conduziram à insurreição; 9) Eventos que contribuem para o desenvolvimento da insurreição; 10) A disponibilidade de armas para a população em geral.

6. Eventos

- a. Feriados nacionais e religiosos.
- b. Colheitas agrícolas / estoques e ciclos de produção.
- c. Eleições.
- d. Distúrbios civis.
- e. Celebrações.

O levantamento das Considerações Civas e, em consequência, o estudo do Terreno Humano complementa o Estudo de Situação de Inteligência. A cada passo do Estudo de Situação de Inteligência corresponde uma definição com enfoque na Informação Cultural. Assim, à definição do Ambiente Operacional, corresponde a identificação integrada do Terreno Físico e do Terreno Humano; à descrição dos Efeitos Ambientais corresponde a descrição das Considerações Civas; à Avaliação da Ameaça corresponde a identificação dos Padrões Políticos e Sociais; e à determinação das Linhas de Ação da Ameaça corresponde a identificação dos Pontos Chave de Fricção.

O Terreno Humano

Conforme a sua mais moderna concepção, o Terreno Humano é definido como “o elemento do ambiente operacional que abrange os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local”.

A fim de proporcionar o oportuno e adequado suporte aos diversos Comandos em presença, o Comando de Adestramento e Doutrina (Training and Doctrine Command – TRADOC) do Exército dos EUA criou o Sistema Terreno Humano (Human Terrain System) cujo instrumento básico são as Equipes de Terreno Humano - ETH (Human Terrain Teams - HTTs). Constituídas por cinco a nove especialistas, integrando militares com experiência operacional e especialistas civis contratados, com preparo específico em Ciências Sociais, estas equipes desdobram-se junto aos Comandos dos escalões Brigada, Divisão, Corpo de Exército e das Forças Tarefa Combinadas Conjuntas (integradas por elementos das diferentes Forças Singulares de diferentes países).

Na assessoria dos escalões mais altos, a ETH é constituída com seu efetivo máximo: um Comandante, dois Cientistas Sociais, dois Gerentes de Pesquisa, e quatro Analistas de Terreno Humano. Na medida em que a população local torna-se um aspecto relevante e crítico do Estudo de Situação do Comandante, compete a estas equipes integrar o estudo do Terreno Humano ao processo de tomada das decisões, em todas as suas fases; planejamento, preparação, execução e avaliação. Com base na análise dos fatores que constituem as Considerações Civas, as ETH desenvolvem pesquisas visando a aquisição fundamentada de conhecimentos sobre a população local, identificando as formas de otimização do relacionamento com os diversos segmentos dessa população; tudo com a finalidade de proporcionar assessoramento e a criação de oportunidades aos comandantes e seus estados-maiores, desdobrados no terreno.

O trabalho dessas ETH demanda um processo contínuo, assíduo e persistente para que possa ser mantido. Envolve desde pesquisas teóricas documentais, Relatórios Periódicos e Apreciações de Inteligência, até o contato corpo-a-corpo (estabelecimento do Rapport) com as diversas comunidades. No terreno, não raro, as equipes aproveitam a experiência vivida por diferentes fontes tais como as patrulhas das unidades operacionais, Destacamentos Operacionais de Forças Especiais, Equipes de Operações Psicológicas e de Assuntos Civas que, nas suas tarefas diuturnas, estão em permanente contato com as diversas comunidades da população local. Nesse contexto, a recíproca também é verdadeira, pois esses mesmos elementos têm a oportunidade de aproveitar, de imediato, as recomendações fundamentadas das ETH.

No cumprimento de sua missão, as ETH desenvolvem um processo de quatro fases:

1ª- Conduzir uma Preparação Cultural do Ambiente Operacional:

Consiste basicamente na elaboração do Plano de Pesquisa do Terreno Humano;

2ª- Integrar o estudo do Terreno Humano ao Processo de Tomada das Decisões:

Consiste no desenvolvimento de um Plano de Compilação de Conhecimento e na definição dos

Elementos Essenciais de Inteligência;

3ª- Prover o Apoio do Terreno Humano às Operações Correntes:

Consiste em identificar os aspectos de ajustamento da Decisão tomada com os impactos causados sobre a população; recomendar e desenvolver, no terreno, junto à tropa e às comunidades, procedimentos que contribuam para ganhar e manter o apoio da população;

4ª- Avaliar os Efeitos do Terreno Humano:

Consiste em analisar conclusivamente as ações amigas e inimigas sobre o Terreno Humano; e analisar conclusivamente os reflexos do Terreno Humano sobre as operações amigas e inimigas.

As ETH são totalmente dependentes dos escalões apoiados em: aquartelamento, transporte, alimentação, segurança, comunicações e na cobertura das ações. A continuidade de sua atuação é fundamental. Quando ocorre um rodízio de tropa no ambiente operacional considerado, os comandos, estados-maiores e as unidades são substituídos, porém, as ETH permanecem as mesmas. Embora as ETH do US Army estejam demonstrando a sua excelência nos TO do Afeganistão e Iraque, alguns exércitos (inclusive de países membros da OTAN) que incorporaram o fator decisório Considerações Civis (e o Sistema Terreno Humano), entretanto, não adotaram o modelo norte-americano de Human Terrain Teams, atribuindo aos elementos do Sistema de Inteligência (reforçados por especialistas civis contratados, quando for o caso) a responsabilidade pelo levantamento dos dados e pela assessoria referentes ao Terreno Humano nos processos decisórios em questão.

Conclusão

A dimensão psicossocial é, incontestavelmente, a essência dos Conflitos Armados da atualidade. Tal fato ganha ainda maior relevância num momento em que as informações são transmitidas ao vivo e a cores, em tempo real. Nesse contexto, a introdução das Considerações Civis/Terreno Humano nos Fatores da Decisão do Estudo de Situação do Comandante, procedimento adotado pela grande maioria dos exércitos do mundo ocidental, é plenamente justificada, sendo encarada pelas Forças Armadas mais capacitadas do planeta como uma evolução indispensável à sua eficiência operacional nos complexos cenários em presença.

O estudo do Terreno Humano, por meio da análise das Considerações Civis, tem três aspectos básicos. O primeiro é a fundamentação na pesquisa científico-social; pesquisa esta que está embasada numa metodologia clássica antropológico-sociológica, altamente especializada. O segundo é a comprovada relevância que os dados obtidos passaram a ter para a consecução dos objetivos estratégicos, operacionais e táticos dos diversos escalões em presença. E o terceiro é a inequívoca constatação de que, nos ambientes operacionais da atualidade, planejar e executar operações, sem a assessoria específica referente às Considerações Civis, tornou-se um risco catastrófico de graves repercussões.

Por todas essas razões, justifica-se plenamente que, hoje, a grande maioria dos exércitos do mundo ocidental tenha incorporado esse procedimento nos seus processos decisórios.

O Exército Brasileiro ainda não formalizou doutrinariamente a adoção das Considerações Civis/Terreno Humano, no seu Estudo de Situação do Comandante. Entretanto, em função das peculiaridades específicas das Operações Especiais, a dimensão humana do ambiente operacional (apreciada no contexto de um Levantamento Estratégico de Área – LEA) sempre foi objeto de preocupação permanente no contexto do planejamento e da execução das Operações de Forças Especiais, Ações de Comandos e das Operações Psicológicas. Outro segmento que contempla o estudo da população local com especial atenção no planejamento e execução das suas operações é o Componente Militar da MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), cujas decisões de mais alto nível são da responsabilidade de um Oficial General brasileiro, seu Comandante (que, inclusive, é assessorado por um Estado-Maior multinacional, incluindo Oficiais Superiores de países membros da OTAN), preocupação que se repete nas unidades subordinadas que fazem parte do Contingente do Brasil naquela relevante missão internacional.

Há que se registrar também que analistas militares dos cinco continentes são unânimes em

ênfatizar que as preocupações dos Comandantes com as Considerações Civas contribuirão sobremaneira com a preservação dos Direitos Humanos dos cidadãos não-combatentes, inclusive reduzindo a ocorrência de baixas nesse público-alvo nos Conflitos Armados do Sec XXI.

(*) GenBda na Reserva, Analista Militar, especialista em Operações Especiais, Guerra Irregular e Operações Contraterrorismo.

REFERÊNCIAS

- US Army FM3-0, “OPERATIONS”, February 2008.
- US Army FM3-24, “COUNTERINSURGENCY”, December 2006.
- US Army FM7-0, “TRAINING FOR FULL SPECTRUM OPERATIONS”, December 2008.
- “Afghanistan, Counterinsurgency, and the Indirect Approach”, Thomas H. Henriksen, Joint Special Operations University, JSOU Report 10-3, April 2010.
- US Army “HUMAN TERRAIN TEAM HANDBOOK”, TRADOC, 2008.